



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7153 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

A OFERTA DO TRANSPORTE ESCOLAR EM UMA LOCALIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ, ESTADO DO PARÁ

Franciely Farias da Cunha - UFPA - Universidade Federal do Pará

Eraldo Souza do Carmo - UFPA - Universidade Federal do Pará

A OFERTA DO TRANSPORTE ESCOLAR EM UMA LOCALIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ, ESTADO DO PARÁ

Resumo: Esta pesquisa fez uma análise do transporte escolar na localidade de Cuxiari/Cametá-PA, com o objetivo de verificar se o transporte escolar dos alunos favorece o acesso com segurança e tempo mínimo à escola. Com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, o levantamento dos dados foi feito por meio de consultas bibliográficas, entrevistas semiestruturadas e observações a partir do acompanhamento nos transportes escolares, obtendo como principais resultados que o transporte escolar vem sendo ofertado de forma negligenciada, pois diariamente os alunos são submetidos a situações de perigo, devido a falta dos requisitos básicos de segurança. Notou-se ainda, que as embarcações não são legalizadas na capitania dos portos e não é cobrado que os barqueiros possuam a carteira náutica, exigida por lei. Concluindo que é necessário avançar na qualidade da oferta do serviço nas comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Acesso. Segurança. Embarcações.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa fez uma análise do planejamento do transporte escolar na ilha de Cuxiari, município de Cametá/Pa, em que objetivou verificar se o transporte escolar dos alunos favorece o acesso com segurança e tempo mínimo. Para isso, partiu-se da seguinte problemática: de que forma é planejado o transporte escolar das escolas ribeirinhas?

O Brasil apresenta realidades distintas, tanto em aspectos econômicos, quanto em aspectos geográficos, em que comunidades ribeirinhas apresentam um modo de vida peculiar que devem ser valorizadas e respeitadas quando se pensar em elaborar políticas públicas que

vão atingir diretamente a dinâmica dessa população, pois as distintas características regionais sugerem que seja dada uma maior atenção aos sujeitos que residem em regiões que apresentam maiores dificuldades territoriais.

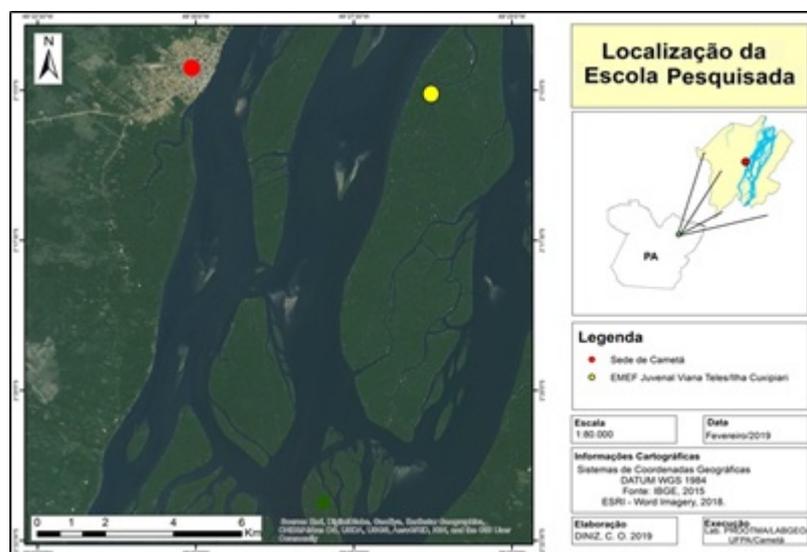
Para realizar esta análise partiu-se de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, desenvolvida em três fases, que englobaram o levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a sistematização e análise de dados realizados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação *in loco*.

1.1 Local de Estudo

O município de Cametá possui uma população estimada de 137.890 habitantes, sendo que destes 68.058 residem em áreas rurais, representando 56,3% da população (IBGE, 2019). Sua região possui uma extensa e densa rede hidrográfica (rios, furos, igarapés), com aproximadamente noventa ilhas, distribuídas ao longo do Baixo Tocantins (FAPESPA, 2015). Das 203 escolas existentes no município, 184 estão localizadas em áreas rurais (90,6%), sendo que deste quantitativo 101 (55%) se localiza nas ilhas do município (SEMED, 2019).

Dos 600 veículos que prestam serviços de transporte escolar para SEMED-Cametá, 540 eram destinados ao transporte escolar fluvial, transportando diariamente cerca de 20 mil estudantes (52,6%) (dos 38 mil estudantes da rede pública municipal) (SEMED, 2014, apud VEIGA, RIBEIRO; PEREIRA, 2016). O local do presente estudo foi a ilha de Cuxiari, localidade ribeirinha que fica a 6,44 km de distância, em linha reta, do município de Cametá/Pa (Mapa de localização na Figura 1), com um total de 1.381 moradores e 290 famílias residentes na ilha, de acordo com dados da Secretaria de Saúde do município.

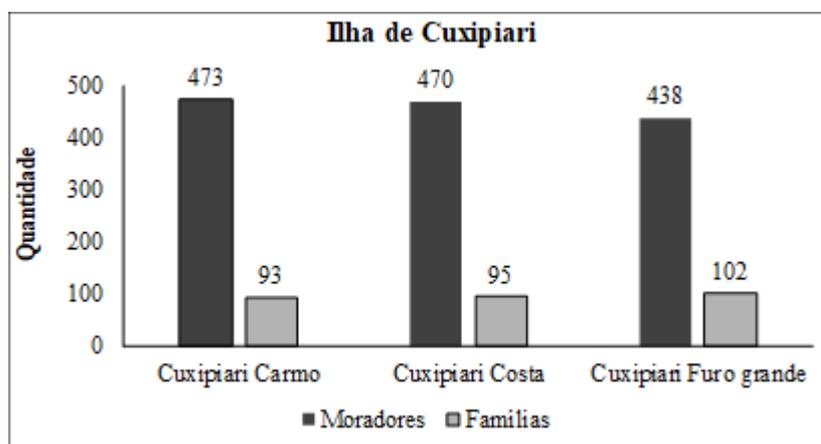
Figura 1 – Mapa de localização da EMEF Juvenal Viana Teles, localizada na Ilha de Cuxiari Furo grande, município de Cametá, Estado do Pará.



Fonte: PROOTMA/LABGEO/UFPa/Cametá, 2019.

Essa ilha se subdividi em três localidades ribeirinhas, cada localidade possui uma escola, sendo que a descrição do quantitativo de moradores e famílias está presente no Gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Quantitativo de moradores e famílias residentes na Ilha de Cuxiari (Carmo, Costa e Furo grande), localizada no município de Cametá, Estado do Pará, em 2019.



Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Cametá, 2019.

A escola do Cuxipiarí Carmo tem um total de 3 embarcações e do Cuxipiarí Costa e Furo Grande possuem 2 embarcações cada. A presente pesquisa foi realizada com pais de alunos, condutores das embarcações e gestores da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Juvenal Viana Teles, localizada na Ilha de Cuxipiarí Furo grande, que de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação é uma das escolas que apresentam o menor quantitativo de embarcações disponibilizadas para o transporte escolar do município, são 2 embarcações que transportam 102 alunos divididos nos turnos da manhã e da tarde, ressaltando que todos eles utilizam o transporte escolar.

Essa escola é uma instituição de ensino pública e multisseriada, possui alunos do Jardim I ao 9º ano do ensino fundamental, sendo que no ano de 2018 a educação infantil e o ensino fundamental eram compostos por 16 e 86 alunos respectivamente, totalizando 102 alunos que estudavam no turno da manhã e da tarde, distribuídos em 7 turmas, sendo 3 delas multisseriadas (SEMED, 2018).

2. A OFERTA DO TRANSPORTE ESCOLAR RIBEIRINHO

No que se refere a especificidade do território e acesso à escola existem questões que muitas vezes não são levadas em consideração pelos gestores, especialmente quando se trata de localidades ribeirinhas. As variações diárias e semanais da maré nos rios da Amazônia, a cheia e estiagem anuais (verão e inverno amazônico) definem, em parte, quais os trajetos, a distância e o tempo percorrido pelos estudantes ribeirinhos no transporte escolar para chegarem à escola (GEPERUAZ, 2010).

Diante dessa realidade, em diálogo com a *Diretora da Escola*, notou-se que quem define as rotas do transporte escolar é a coordenação, mesmo reconhecendo que o trajeto não é adequado, já que este percorre longas distâncias, causando assim, a demora dos alunos para chegarem na escola, principalmente quando a maré está baixa. Diante dessa peculiaridade das localidades ribeirinhas, pode existir a possibilidade do barqueiro mudar o percurso da embarcação do transporte escolar, já que pode ocorrer o risco de encalhar[1].

No período chuvoso esse acesso se torna ainda mais complicado, porque muitos pontos de embarque e desembarque não são adequados e alguns alunos acabam deslizando nas pontes, escadas e solos em processo de erosão, perdendo assim o material escolar e todo o conteúdo ali armazenado, por molhar durante o trajeto em que realizam até chegar na embarcação. Outra situação bastante preocupante é a agitação das águas, devido aos fortes ventos no inverno amazônico, destacando que o trajeto realizado por eles também perpassa por rios de grande extensão, colocando em risco a segurança dos alunos que são transportados sem colete salva-vidas[2].

Essas são algumas características que demarcam a realidade das condições de acesso às escolas ribeirinhas na Ilha de Cuxipari. Como destaca Pinto (2011, p. 55) “pensar a educação no campo é pensá-la em um contexto complexo, multifacetado, cheio de contradições e conflitos”. É preciso oferecer o acesso à escola com segurança e realizar um planejamento educacional que dialogue com a realidade dos sujeitos. É importante destacar que a vida escolar de um aluno ribeirinho é muito mais ampla que de um aluno que estuda em uma escola urbana e a oferta precária do transporte pode contribuir para o abandono escolar já que é comum os alunos de localidades ribeirinhas deixarem de frequentar as aulas durante o ano letivo, priorizando a busca por uma fonte de renda.

O tempo de viagem é influenciado por fatores que estão intrínsecos a realidade territorial. A respeito disso, Veiga, Ribeiro e Pereira (2016, p. 6), revelam que “é o regime da maré que define o tempo do trajeto do transporte, os obstáculos enfrentados também são de ordem ecológica, praias, paus, pontes são obstáculos impostos pela natureza”. Diante do exposto, deve-se considerar no planejamento, não só a distância entre a residência dos alunos e a escola, mas também os obstáculos que são inerentes à região.

Ferraz (2010), destaca que no meio rural amazônico o tempo é diferente dos contextos modernizados das cidades. É o regime do clima e dos rios que determina o ritmo e o tipo das atividades sociais e produtivas. A noção de distância fluvial não corresponde simplesmente à noção física entre dois ou mais pontos, está relacionada à relação entre o tempo, a oscilação cheia/vazante, e ao meio de transporte utilizado no deslocamento. Portanto, o ideal é que o planejamento do transporte escolar possa viabilizar a vida do aluno para que ele não tenha tanto tempo envolvido nesse percurso e não favoreça a evasão escolar daqueles que preferem utilizar esse tempo dispendioso em atividades ligadas ao sustento da família.

Nota-se que embora a oferta desse serviço seja, muitas vezes, precária, não atendendo à requisitos básicos de segurança, esses sujeitos costumam aceitar as condições adversas do transporte ofertadas pelo poder público por ser ele o responsável para grande parte dos alunos chegarem à escola, como destaca o *pai de aluno*1 questionado sobre a falta do transporte escolar, dizendo que seus filhos “não vão para a escola, porque no caso a pessoa tem que levar e todo dia cedinho saem no barco pra malhar[3], aí não tem quem leve eles”.

Todos esses aspectos são observados pelos sujeitos envolvidos na oferta do transporte escolar, pois passaram a depender do poder público municipal para que seus filhos acessem à escola e seus direitos à educação sejam efetivados. Entretanto, esses processos devem ser obedecidos no que está assegurado por uma série de dispositivos legais que é dever do Estado garantir que sejam cumpridos para uma oferta educacional com qualidade social.

No que tange a visão desses sujeitos quanto às condições de oferta do transporte escolar denota-se, portanto, na fala da *Diretora da Escola* que “da forma que está hoje, o transporte não está seguro, o barco vai muito cheio e não tem colete, então não está de acordo com sua capacidade”. Esse depoimento corrobora com o fato do quantitativo de embarcação alocada para a escola ser insuficiente, levando em consideração que os alunos do ensino regular da escola dividem espaço dentro da embarcação com os alunos do ensino modular e com alguns professores que moram na própria localidade.

Nessa circunstância, a *Diretora da Escola* revela que com relação a gestão do município “vai fazer uns 15 anos ou mais da última vez que vieram ver essa rota”, ratificando que não há um diálogo estabelecido de forma periódica entre essas duas instituições para verificação de problemas específicos dessa localidade. Problemas esses que estão ligados diretamente à oferta do transporte escolar que perpassa por situações que envolvem as especificidades do território, necessitando de estratégias organizacionais que possam facilitar

a trafegabilidade em determinados furos (passagem estreita do rio que corta a mata) que comprometem a circulação fluvial e a segurança dos alunos.

A situação se torna mais agravante, quando não se tem uma conscientização também por parte dos moradores com relação a noções de trafegabilidade, pois segundo relatos dos pais dos alunos já ocorreu em torno de três acidentes envolvendo o transporte escolar na localidade ribeirinha em estudo, causando ferimentos nos alunos e danificando parte da embarcação. Conforme relata o *Pai de Aluno2* “no acidente, bateu a filha da *fulana*, quase morre, foi nesse furozinho aí e é grito o rio, quebrou a perna do menino lá, é complicado”.

Esses acidentes ocorrem devido a rota não ser adequada para o trajeto, apresentando sazonalidades nos furos característicos dessa região, e também devido a imprudências de outros condutores que não diminuem a velocidade da embarcação em curvas perigosas, ocorrendo a colisão entre elas. Outro aspecto importante é com relação a contradição quanto as normas de segurança, que por ser inadequado, não oferece uma estrutura que seja capaz de acolher a todos os alunos confortavelmente, ocasionando o cansaço por conta da rotina do transporte escolar, conforme relatou a *Mãe de Aluno2*:

As vezes eles vão em pé, de cócoras, é muito difícil alguém do modular levantar e dar lugar para eles, são os últimos a serem embarcados, até em cima do tordo eles vão. Lugar para as criançadas não tem no barco, só para os do modular. (*Mãe de Aluno2*).

Essa lotação, além das condições estruturais das embarcações, associado a problemas envolvendo as especificidades do território, implica em uma rotina extremamente exaustiva. Na entrevista com os barqueiros, os mesmos reconheceram que a lotação na embarcação ocasiona em risco de alagamento, tornando o transporte inseguro, evidenciado na fala do *Barqueiro1*, questionado sobre a segurança do transporte escolar “não é seguro, porque falta mais recurso pra fazer a manutenção do barco, o que a gente ganha não dar pra fazer”. Colocando em discussão a questão da remuneração dos mesmos que não é suficiente para a manutenção da embarcação e para o sustento da família, por isso, realizam atividades extras como a pesca e a extração do açai para complementar a renda.

O que fica evidenciado é que o condutor é contratado a partir do aluguel do barco, não contabilizando o trabalho que exerce. Isso se deve ao fato de que a contratação dos barqueiros é feita por meio de relações políticas estabelecidas entre eles e o poder público. Muitas vezes os gestores do município se utilizam de uma forma de contratação que inclui, em um único pacote, o aluguel do barco, a mão de obra do barqueiro e um auxílio para o combustível, tendo em vista, que este exerce múltiplas funções, dentre elas, monitorar o comportamento dos alunos no interior da embarcação, auxiliar no embarque e desembarque e muitas vezes atua sozinho empurrando a embarcação em situações de encalhamento constatadas a partir da realização do acompanhamentos das rotas.

Na entrevista, os barqueiros alegaram que no ato da contratação não foi cobrado nenhum item de segurança, de acordo com a declaração do *barqueiro1* “só perguntaram se aguentava 35 pessoas e cobrir o rolamento, só que eu não cobri ainda”. O *barqueiro2* enuncia “pra falar a verdade nunca vieram aqui, nunca viram a embarcação”, ou seja, não há uma fiscalização por parte dos gestores do município, além disso, não é exigido os equipamentos de segurança no ato da contratação como o colete salva-vidas e licença para pilotar a embarcação, o único critério exigido segundo os dois barqueiros era que tivesse disponibilidade para trabalhar nos turnos da manhã e da tarde.

A lei nº 9.503 de 1997 do Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997), estabelece requisitos que devem ser cumpridos pelo condutor do veículo destinado ao

transporte escolar e quando se trata de embarcação, o mesmo deve possuir o nível de habilitação estabelecido pela autoridade competente. A partir dessa premissa, a capitania dos portos exige que o condutor das embarcações devem ser habilitados e possuir matrícula específica na capitania. Além disso, o guia do transporte escolar (BRASIL, 2017) elenca os pré-requisitos para o transporte, em que o veículo ou embarcação deve conter todos os itens obrigatórios para o seu devido funcionamento, devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma proporção de sua capacidade e ter registro na Capitania dos Portos.

Diante do exposto, percebemos o alto nível de irregularidades, no que diz respeito a oferta do transporte escolar fluvial. Este serviço, que é um direito do aluno, vem sendo realizado sem o devido planejamento e de forma que não garante sua segurança. Em síntese, é fundamental que haja uma articulação entre escola e comunidade para que sejam discutidas as políticas de acesso e permanência dos alunos nas escolas ribeirinhas. Na pesquisa não se percebeu este diálogo para pautarem melhorias no planejamento do transporte escolar.

Diante disso, é evidente a contraditoriedade dessa política relacionado ao que está previsto nos dispositivos legais e a forma como ela se materializa na realidade. O planejamento nem sempre dialoga com o modo de vida dos sujeitos do campo, gerando inúmeros problemas que fragilizam o seu processo de formação na educação básica. Essas problemáticas denunciam o alto nível de irregularidades relacionadas à oferta de um serviço que surgiu com o propósito de facilitar e oferecer o acesso à educação desses educandos do campo, porém vem sendo ofertado de forma negligenciada nas ilhas do município.

3. CONCLUSÃO

O transporte escolar nas ilhas do município de Cametá vem sendo ofertado de forma negligenciada, visto que os requisitos básicos de segurança não são atendidos, colocando em risco a vida de filhos e filhas de trabalhadores do campo, que são submetidos diariamente a situações de perigo, isso fica evidente ao identificar a ocorrência de acidentes envolvendo o transporte escolar, fato esse que ocorre por haver um fluxo contínuo de embarcações, sendo que culturalmente a população ribeirinha não está acostumada com normas de trafegabilidade e nem recebem essas orientações da mesma forma que é oferecida nas cidades, contribuindo para episódios desse tipo.

Além disso, os órgãos da prefeitura não exigem que as embarcações alocadas para o transporte sejam legalizadas, perante a capitania dos portos, assim como não é cobrado que os barqueiros possuam licença para pilotar embarcação, critério exigido por lei. Portanto, observa-se que ainda é necessário avançar na qualidade da sua oferta, visto que, para isso ocorrer, é preciso planejar a educação, de modo a englobar todos os seus segmentos, reconhecendo que existem situações singulares que precisam ser levadas em consideração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em maio de 2019.

BRASIL. **Guia do Transporte escolar**. Brasília, DF: MEC/FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporte-escolar?download=6897:guia-do-transporte-escolar>. Acesso em outubro de 2017.

FERRAZ, Lídia Rochedo. **O cotidiano de uma escola rural ribeirinha na Amazônia: práticas e saberes na relação escola-comunidade**. Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia e Educação. Pós graduação em Psicologia. Ribeirão Preto – SP, 2010.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Estatísticas Municipais Paraenses: Cametá.** / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2015.

GEPERUAZ. **Políticas de nucleação e transporte escolar:** construindo indicadores de qualidade da Educação Básica nas escolas do campo da Amazônia. Relatório final de pesquisa, apresentado ao CNPq. Belém-PA, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Características gerais da população. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em agosto de 2019.

PINTO, Renata Rodrigues Maia. **Transporte Escolar Rural Aquaviário na Amazônia:** desafios se perspectivas. Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins, 272 p, 2011.

SEMED. Secretaria de Educação do Município de Cametá, 2019.

VEIGA, Adriana de Jesus Viana; RIBEIRO, Andressa Leandra Pantoja; PEREIRA, Edir Augusto. **Representação cartográfica do transporte escolar ribeirinho nas ilhas do município de Cametá-PA.** XVII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís/MA, 2016.

[1] Fato inclusive observado no acompanhamento da rota, onde nessa ocasião, a embarcação do transporte escolar encalhou no furo que dar acesso à escola, causando transtorno, tanto para os alunos, quanto para o barqueiro que precisou se esforçar sozinho para retirar a embarcação, consideravelmente pesada, daquela situação.

[2] Essa é uma realidade que também atinge os professores que enfrentam os mesmos desafios ao se deslocar da cidade até a comunidade ribeirinha.

[3] Palavra utilizada por pessoas dessa localidade, em que possui o mesmo significado que “pescar”.